Direito & democracia: ideologia, crise e prospetiva

Autor(es): Cunha, Paulo Ferreira da

Publicado por: Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra

URL persistente: URI:<http://hdl.handle.net/10316.2/39843>

DOI: DOI:https://doi.org/10.14195/0870-4260_57-1_36

Accessed : 26-Apr-2023 16:03:23

A navegação consulta e descarregamento dos títulos inseridos nas Bibliotecas Digitais UC Digitalis, UC Pombalina e UC Impactum, pressupõem a aceitação plena e sem reservas dos Termos e Condições de Uso destas Bibliotecas Digitais, disponíveis em <https://digitalis.uc.pt/pt-pt/termos>.

Conforme exposto nos referidos Termos e Condições de Uso, o descarregamento de títulos de acesso restrito requer uma licença válida de autorização devendo o utilizador aceder ao(s) documento(s) a partir de um endereço de IP da instituição detentora da supramencionada licença.

Ao utilizador é apenas permitido o descarregamento para uso pessoal, pelo que o emprego do(s) título(s) descarregado(s) para outro fim, designadamente comercial, carece de autorização do respetivo autor ou editor da obra.

Na medida em que todas as obras da UC Digitalis se encontram protegidas pelo Código do Direito de Autor e Direitos Conexos e demais legislação aplicável, toda a cópia, parcial ou total, deste documento, nos casos em que é legalmente admitida, deverá conter ou fazer-se acompanhar por este aviso.

UNIVERSIDADE DE COIMBRA
FACULDADE DE DIREITO

BOLETIM DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS

HOMENAGEM AO PROF. DOUTOR ANTÓNIO JOSÉ AVELÃS NUNES

VOLUME LVII Tomo I

2 0 1 4

Organizadores:

LUÍS PEDRO CUNHA
JOSÉ MANUEL QUELHAS
TERESA ALMEIDA

COIMBRA

DIREITO & DEMOCRACIA: IDEOLOGIA, CRISE E PROSPETIVA

“Quem conhece um pouco da história sabe que a democracia não pode considerar-se nunca uma conquista definitiva. As ameaças à democracia podem vir de onde menos se espera. É preciso, por isso, lutar por ela todos os dias, combatendo os dogmas e as estruturas neoliberais próprios do capitalismo dos nossos dias, porque este é, essencialmente, um combate pela democracia.

O terreno da luta ideológica é hoje um dos principais palcos da luta de classes. É dever dos universitários ocupar o seu posto nesta luta.”

António AVELÃS NUNES ¹

I. Direito e Ideologia

1. Ideologia para Juristas

Embora muitos juristas mais tradicionais, mais clássicos, ou eventualmente até mais pósmodernos (é curioso como

¹ AVELÃS NUNES, António — *Uma reflexão a propósito do 40.º aniversário do 25 de Abril*, in "Seara Nova", n.º 1728, verão 2014. Edição eletrónica, online: <<http://www.searanova.publ.pt/pt/1728/nacional/513/Uma-reflexão-a-propósito-do-40.º-aniversário-do-25-de-Abril.htm>> (consultado em 11 de setembro de 2014).

vários tipos confluem) não gostem de conotações políticas e ideológicas para o seu saber e o seu labor, a verdade é que a essencial politicidade do Direito (outrora uma das ciências morais e políticas — e só depois considerado uma ciência humana e social²) é dificilmente controvertível. Ignorar as relações do Direito não apenas com o poder como com as ideias, e mesmo as ideias falsas, legitimadoras e ilusórias que fundam muitas instituições e institutos (e desde logo os mitos fundadores do próprio Estado) é virar as costas a realidades que têm uma presença poderosa no quotidiano do pensar e do agir dos juristas, e estão no âmago do próprio Direito.

Compreende-se, evidentemente, o esforço de libertação da juridicidade dessas amarras, desses condicionalismos, mas sabe-se bem que os dois grandes momentos de tentativa de independentização da arte boa e équa de essas determinantes (a *démarche* realista clássica e a *démarche* do Teoria Pura do Direito kelseneana) se saldaram por fracassos. A primeira, por via do advento dos direitos humanos, e do reconhecimento da dignidade humana como primeiro título jurídico, a reclamar que um mínimo de digna subsistência seja garantido, ao menos, a qualquer pessoa. A segunda, porque ao querer purificar o Direito Kelsen acabou quase o hibridizando com o Estado.

Não se foge, por isso, à ideologia. E assim é necessário entendê-la para melhor lidar com ela. O Direito não deve ser uma pura e simples segregação ideológica, e, para isso, não deve esquecer a sua presença no seu meio e no seu ADN.

² Cf., *v. g.*, TODOROV, Tzvetan — "As Ciências Morais e Políticas", in *As Morais da História*, trad. port. de Helena Ramos de *Les morales de l'histoire*, Paris, Grasset, 1991, Mem Martins, Europa-América, 1992, p. 7 ss. Cf., em geral, ainda CLAVAL, Paul — *Les Mythes fondateurs des Sciences sociales*, Paris, P.U.F., 1980.

Ao contrário do que a ideologia ultraliberal pretende fazer crer, as ideologias não morreram, nem certas ideologias (a ela contrárias) abriram completa falência, nem ainda as ideologias são coisa intrínseca e generalizadamente negativa³. Umas serão mais, outras menos, umas terão mais acertadas soluções e perspectivas, outras menos. E em economia, política, sociedade... sempre há ideologias. Umas estão visíveis, expondo-se às claras e até com orgulho de si mesmas, e outras (como por vezes o ultraliberalismo e afins) preferem esconder-se enquanto explicitamente ideológicas, para melhor se afirmarem e atacar as ideologias mais explícitas. Tudo isso é sabido, pelo menos (mas certamente já antes) desde Roland BARTHES e do seu clássico *Mythologies*⁴. Outro autor de grande interesse neste domínio desvendador de coisas ocultas e aparentemente óbvias, para mais entre nós bastante divulgado, embora infelizmente não entre os juristas (que penam da alienação jurídica⁵ em muitos casos), é John FISKE⁶.

³ Em Marx há uma passagem (no Prefácio à *Contribuição à Crítica da Economia Política*) que permite uma leitura de ideologia não só como falsa consciência. Cf., *v.g.*, COELHO, Luiz Fernando — *Saudade do Futuro. Transmodernidade — Direito — Utopia*, Florianópolis, Fundação Boiteux, 2001, p. 155. Para mais desenvolvimentos sobre ideologia, cf. o nosso artigo *Ideologia e Direito na Constituição de 76*, in “Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Jorge Ribeiro de Faria”, Faculdade de Direito da Universidade do Porto / Coimbra Editora, Março de 2004, *in ex* no nosso livro *Miragens do Direito. O Direito, as Instituições e o Politicamente Correto*, Campinas, Millennium, 2003, pp. 9-70.

⁴ BARTHES, Roland — *Mythologies*, Paris, Seuil, 1957, ed. port. com trad. e Prefácio de José Augusto Seabra, *Mitologias*, Lisboa, Edições 70, 1978.

⁵ Cf. WARAT, Luis Alberto — *A Produção Crítica do Saber Jurídico*, in *Crítica do Direito e do Estado*, org. de Carlos Alberto Plastino, Rio de Janeiro, Graal, 1984, p. 23.

⁶ FISKE, John — *Introduction to Communication Studies*, tradução portuguesa de Maria Gabriel Rocha Alves, *Têoria da Comunicação*, 5.^a ed., Porto, Asa, 1999.

É importante que os juristas não vivam na ignorância do fenômeno ideológico, ingenuamente acreditando que a sua tarefa se encontra isolada e imune à sua influência. O jurista que mais pensa ser independente é, as mais das vezes, e sem o saber, agente da filosofia espontânea da área (o positivismo legalista), a qual se desenvolve, afinal, numa metodologia e numa prática de aplicação acrítica dos ditames do poder, não apenas do poder político vigente, como dos poderes mais profundos que a este determinam, o cultural e simbólico e o económico.

Cuidando não fazer política nem ter ideologia na rigidez cadavérica da simples obediência ao direito constituído, posto, positivo, o jurista cristalizado, agelasta⁷, o mero “burocrata da coação” não afivela *no palco da tragédia do Direito a máscara de rigoroso sacerdote da Justiça*: é apenas a própria máscara que ostenta, deixando de ter um rosto próprio. Ou a máscara se lhe fundiu com a cara.

Cumprido, evidentemente, não confundir o Direito com política e ideologia. Mas, para isso, importa conhecer essas realidades e compreender como sempre procuram moldar o Direito — mesmo quando afirmam o isolamento de um Direito autónomo.

2. Metamorfose das Ideologias. Economistas Ignorados

As ideologias não morreram, estão doentes. Alguns observam a dificuldade em encontrar na ribalta (embora sempre os haja, como que residualmente, nas bases dos partidos e até fora deles) verdadeiros conservadores, democratas cristãos,

⁷ RABELAIS — *La Vie de Gargantua et de Pantagruel*, V, 25; RORTY, Richard — *Contingency, Irony, and Solidarity*, Cambridge, Cambridge University Press, 1989.

sociais-democratas... Como, apesar de tudo, continua a haver (no pouco tempo de antena mediático geral que lhes vemos ser concedido), grupos tradicionalistas monárquicos, anarquistas e comunistas (os que se mantêm na ortodoxia, claro, e não converteram, como alguns, ao capitalismo nas suas formas menos “humanistas”⁸).

A associação do neoconservadorismo dos *neocons* com o hiperliberalismo anarco-capitalista dos “libertarians” confluiu numa vaga de fundo de “Teologia do Mercado” capitaneada por Ronald Reagan e Margaret Thatcher, que partiu à conquista do Mundo por guerrilheiros que assimilaram a cartilha de Milton Friedman (von Hayek, não por acaso *mais jurista*, é, apesar de tudo, de um outro nível) como outrora outros haviam transformado *O Capital* e outros clássicos marxistas em bíblias de citações.

É perante esta teologização do “neoliberalismo”⁹ que as

⁸ SAYEG, Ricardo / BALERA, Wagner — *O Capitalismo Humanista. Filosofia Humanista de Direito Econômico*, Petrópolis, KBR, 2011. Cfr. COMTE-SPONVILLE, André — *Le capitalisme est-il moral?*, Paris, Albin Michel, 2004, trad. port. de Eduardo Brandão, *O Capitalismo é Moral?*, São Paulo, Martins Fontes, 2005. E recentemente, de notar a Exortação Apostólica do Papa Francisco, *Evangelii Gaudium*. Sobre esta, cf. o nosso *Da Doutrina Social do Papa Francisco na Exortação Apostólica Evangelii Gaudium*, in “International Studies on Law and Education”, vol. 18, (2014), pp. 25-38.

⁹ SARDENBERG, Carlos Alberto — *Neoliberal, Não. Liberal. Para Entender O Brasil de Hoje e de Amanhã*, São Paulo, Globo, CBN, 2008; Para o direito público, BONAVIDES, Paulo — *Do Estado Liberal ao Estado Social*, 8.ª ed., São Paulo, Malheiros Editores, 2007; LEANDRO MASCARO, Alysson — *Filosofia do Direito e Filosofia Política*, São Paulo, Atlas, 2003; MIRANDA COUTINHO, Jacinto Nelson de / BARRETO LIMA; Martonio Mont’Alverne (orgs.) — *Diálogos Constitucionais: Direito, Neoliberalismo e Desenvolvimento em Países Periféricos*, Rio de Janeiro / São Paulo / Recife, 2006. Cf. ainda, por todos, GRAY, John — *Liberalism*, 1986, trad. cast. de Maria Teresa de Mucha, *Liberalismo*, 1.ª reimp., Madrid, Alianza Editorial, 2002; ARNESON,

forças de esquerda moderada¹⁰, como os sociais-democratas, socialistas democráticos e trabalhistas europeus foram cair numa grande armadilha ideológica, acreditando estultamente ou que as teorias do inevitabilismo economicista estavam certas, ou que a vaga de fundo neoliberal poderia ser cavalgada por surfistas ainda socialmente comprometidos. É este afastamento de si próprios que Eduardo LOURENÇO terá ocasião de dissecar, e se resume na rendição das “terceiras vias”¹¹.

Richard J. — *Liberalism*, Aldershot, Edgar Elgar, 1992, 3 vols. Mais desenvolvimentos e abundantes bibliografias no nosso livro *Repensar a Política*, 2.^a ed., cit., p. 248 ss., p. 274, n. 340, *et passim*.

¹⁰ Cf., vindo de fora esta realidade ideológica, *v. g.*, PUY, Francisco — *La Socialdemocracia y su Parentela Ideológica*, “Anuario de Filosofía del Derecho”, Nova época, tomo X, Madrid, 1993; GARCIA HUIDOBRO, Joaquín/ MASSINI CORREA, Carlos I / BRAVO LIRA, Bernardino — *Reflexiones sobre el Socialismo Liberal*, Santiago de Chile, Editorial Universitaria, 1988. Sobre a ligação tradicional entre socialismo democrático e social-democracia e liberalismo (velho liberalismo, não neoliberalismo), *v. g.*, HEINE, Sophie — *Oser penser la gauche. Pour un réformisme radical*, Bruxelas, Aden, 2010, p. 37 ss. O socialismo deste tipo seria mesmo o coroar dos ideais liberais. E o mesmo dizia já, por outras palavras (críticas para ambos) um José Pedro Galvão de Sousa. Sobre moderação política em geral, VALÉRY, Paul — *Tel quel I*, Paris, Gallimard, 1941, p. 192; BONNARD, Abel — *Le Drame du présent. Les modérés*, Paris, Grasset, 1936; ILIOPOULOS, Giorgios — *Mesotes und Effahrung in der Aristotelischen Ethik*, in *Φιλοσοφία*, n.º 33, Athenas, 2003, p. 194 ss.

¹¹ LOURENÇO, Eduardo — *Esquerda na Encruzilhada ou Fora da História?*, “Finisterra. Revista de Reflexão e Crítica”, outono 2002, n.º 44, pp. 7-11 *in ex* “Público”, 18 de Fevereiro 2003, p. 12. Cf. ainda, no plano da ação europeia, FERREIRA DO AMARAL, João, *apud* António AVELÂS NUNES, *op. cit.*: “Em livro recente, João Ferreira do Amaral escreve que “a culpa de o tratado ter sido aprovado cabe por inteiro aos partidos socialistas europeus”, que “não estiveram à altura da situação e aprovaram sem reservas o Tratado de Maastricht”, num “desvio para a direita que foi dos maiores erros que os socialistas poderiam ter cometido. O Tratado de Maastricht atacava o modelo social europeu

As famílias conservadora e democrata cristã perderam especificidade, acabando por se diluir e ter de acompanhar a vanguarda neoliberal. O mesmo sucedendo aos velhos liberais e aos social-democratas mais à direita (“de direita”, na classificação de um Mário Sottomayor Cardia), que paradoxalmente acabariam em alguns casos por desempenhar o papel de principais impulsionadores de políticas dismanteladoras do Estado Social, que fora a coroa de glória internacional do chamado modelo (social) europeu.

E os sociais-democratas ou socialistas democráticos (mais à esquerda), se continuaram no seu discurso a defender o Estado Social, nem sempre foram coerentes na sua defesa prática: ora porque a economia e as finanças reais ou irreais os não deixaram, ora porque aqui e ali se terão seduzido pelo canto de sereia do pensamento dominante.

Tem sido o neoliberalismo cego a pessoas e valores, cego mesmo — por paradoxo — às leis da Economia, que não cresce nem se salva promovendo a miséria, que tem conduzido os países do sul da Europa, a começar pela Grécia mártir, para o abismo. E a prazo poderão ser mesmo arrastados os grandes, porque a Economia internacional, mais que sistema de vasos comunicantes, é um só barco que, como diz uma ópera de Verdi, em maré de tempestade, *ou se afunda ou vai ao céu*.

O anúncio da morte das ideologias foi, diria Mark Twain, deveras exagerado. Sempre aí estiveram, embora a ideologia ainda hoje dominante, o neoliberalismo, queira fazer-se passar por única verdade científica. Mas desde o *Manifesto dos Eco-*

e não dava margem para os partidos socialistas ou social-democratas prosseguirem políticas informadas pelos valores que tradicionalmente defendiam".

*nomistas Aterrados*¹², ao manifesto de Alan Blinder, Joseph Stiglitz, Robert Reich, Richard Parker, Derek Shearer, Laura Tyson, Sir Harold Evans, e outros, percebe-se já que não há uma só Economia, e que não apenas um tipo de economistas, embora na comunicação social dominante só alguns pareçam ter voz¹³. E evidentemente não se conhecem autores que mostram um outro rosto da Economia, como Richard Easterlin, Tibor Scitovsky, Yew-Kwang Ng, Richard Layard, Andrew Osswald, Bruno Frey, Robert Frank, Alois Stutzer e o português, arauto da economia da felicidade (parecerá a muitos *contradictio in terminis*) Gabriel Leite Mota. Como estão esquecidos, em grande medida, os pelos “Prêmios Nobel” Gunnar Myrdal e Daniel Kahneman (e o já citado Joseph Stiglitz), e o patriarca Keynes, de quem afirmou David BENSON-BUTT:

“O capitalismo reformado por Keynes tinha tudo o que a geração fabiana tinha buscado no socialismo, e ainda mais: era igualitário em termos morais, incluía o pleno emprego, era generoso e alegre”¹⁴.

Como estamos hoje tão longe desse capitalismo. Como dele nos afastamos cada vez mais... Mas a pergunta deve ser mais radical: será ele realmente possível e duradouro?

¹² ASKENAZI, Philippe *et al.* — *Manifeste des économiste atterrés*, Paris, Les liens qui libèrent, 2010, trad. port., *Manifesto dos Economistas Aterrados — Crise e Dívida na Europa: 10 Falsas Evidências, 22 Medidas Para Sair do Impasse*, 2.ª ed. port., Lisboa, Actual, 2012.

¹³ COHEN, Daniel — *La prospérité du vice. Une introduction (inquiète) à l'économie*, Paris, Albin Michel, 2009; GÉNÉREUX, Jacques — *Nous, on peut! Manuel anticrise à l'usage du citoyen*, ed. rev. e atualizada, 2012 (1.ª ed. 2011).

¹⁴ *Apud* SKIDELSKY, Robert — *Keynes*, Oxford, Oxford University Press, 1996, trad. cast. de Carlos Rodríguez Braun, *Keynes*, Madrid, Alianza Editorial, 1998, p. 16.

3. Das Ideologias e da Economia ao Direito

Ora a Economia social de mercado é irmã gêmea do Estado Social (que realmente não deveria ser confundido com o Estado Providência, o “Estado-patrão”, o “Capitalismo de Estado”, a que alguns chamam, como um labéu, “socialismo”) ¹⁵. E o Estado Social é um dos fundamentos da nossa ordem jurídica, constitucionalmente consagrado ¹⁶.

Solução? Só poderá passar por abraço de fraternidade internacional, em que renasçam, renovadas, ideologias clássicas: conservador prudente, democrata cristão equilibrado e socialmente empenhado, social-democrata previdente e progressivo, trabalhista ou socialista democrático sobretudo comprometido com os mais desfavorecidos. E novas ideologias poderão também florescer a partir de antigos movimentos mais específicos: defensores da natureza, ecologistas, dos animais, dos doentes, dos aposentados, dos contribuintes... Assim como as antigas ou mais clássicas ideologias renovadas (anarquistas, tradicionalistas, comunistas, que — por razões contraditórias — não se deixaram entretanto “neoliberalizar”), poderão e deverão incorporar reivindicações e mundividências desses grupos e aspirações mais recentes.

Não será, porém, apenas nos domínios ideológicos que estas ideias deverão substituir o *politicamente correto* e *pensamento único*. Isso seria já boa notícia. Também o Direito se encontra no dealbar de uma nova idade.

Depois do direito objetivo dos romanos, direito dos Quirites, *plena in re potestas*, e do direito subjetivo capitalista da

¹⁵ Sobre a guerra das designações, cf., *u. g.*, o nosso livro *Direito Constitucional Geral*, 2.^a ed., cit., p. 308 ss.

¹⁶ Sobre o princípio constitucional do Estado Social, cf. o nosso livro *Direitos Fundamentais. Fundamentos e Direitos Sociais*, Lisboa, Quid Juris, 2014.

modernidade, que se foi sedimentando à sombra desse nominalismo de que *O Nome da Rosa*, de Umberto Eco¹⁷ nos dá interessante eco, é chegada a hora de um Direito de rosto humano.

O Direito Humanista¹⁸ tem no Direito Natural e nos Direitos Humanos que são a sua linguagem hodierna¹⁹, o seu principal vetor: espécie de profeta do que poderá vir a ser o Direito de amanhã.

Um novo paradigma para a juridicidade, baseado nessa Liberdade que, como diz BOUTROS-GHALI, implica a dignidade (*karama*)²⁰, nessa Igualdade que não é igualitarismo uniformizador, e na Fraternidade que vê no rosto do outro (e o rosto é a Pessoa, recorde-se a impressionante obra de Emmanuel LEVINAS²¹) um verdadeiro irmão e uma verdadeira irmã. Sendo, portanto, a Fraternidade²² a chave da renovação

¹⁷ ECO, Umberto — *Il Nome della Rosa*, Milano, Bompiani, 1980, trad. port. de Maria Celeste Pinto, *O Nome da Rosa*, 5.ª ed., Lisboa, Difel, 1984. Outro interessante romance que, embora "a latere", nos reaviva a memória dos debates nominalistas é PESSOTTI, Isaías — *Aqueles Cães Malditos de Arquelau*, 5.ª ed., Rio de Janeiro, ed. 34, 2005.

¹⁸ Desde logo, v. AYRES DE BRITO, Carlos — *O Humanismo como Categoria Constitucional*, Belo Horizonte, Forum, 2007.

¹⁹ Cf., por todos, os nossos livros *Droit naturel et méthodologie juridique*, Paris, Buenos Books, 2012 e *Rethinking Natural Law*, Berlim / Heidelberg, Springer, 2013.

²⁰ BOUTROS-GHALI, Boutros, in VON BARLOEWEN, Constantin (org.) — *Le livre des savoirs*, trad. port. de Luís Filipe Sarmiento, *O Livro dos Saberes. Conversas com os Grandes Espíritos do Nosso Tempo*, Lisboa, Edições 70, 2009, p. 47 ss.

²¹ Cf., v. g., LEVINAS, Emmanuel — *Totalité et infini*, La Haye, Nijhoff, 1961, trad. port. de José Pinto Ribeiro, *Totalidade e Infinito*, Lisboa, Edições 70, 1988; Idem — *L'autre, utopie et justice*, entretien avec..., "Autrement", n.º 102, nov. 1988, p. 53 ss.

²² A começar pela obra de RESTA, Eligio — *Il Diritto Fraternal*, Roma / Bari, Laterza, 2002. Primeira síntese dos desenvolvimentos do

jurídica e política, não permitindo *nem liberdade sem pão, nem pão sem liberdade*. Aliás, o sabor de uma e de outro só são plenos na partilha fraterna.

II. Saúde e Doença do Regime Democrático

1. Grandezas e Misérias

Diz-se, já esquecendo quem o terá pela primeira vez afirmado, que a democracia é “o pior regime possível, à exceção de todos os demais”. E é uma grande verdade. Sabemos, com efeito, que a democracia não é perfeita. Mas não arriscaríamos a viver numa ditadura, pelo menos se não soubéssemos (vendados com o véu de ignorância²³) em que posição aí estaríamos. Não é nada agradável ser da mó de baixo, dos pobres, dos calados, dos oprimidos, numa ditadura. Já não o é em democracia, que fará em ditadura.

Mas a democracia anda tão atacada e tão excecionada pelo mundo fora, e mesmo em crise no seu velho bastião ocidental, euro-americano que a capa do mês de março do “The Economist” do ano passado já perguntava: “What’s gone wrong with democracy”. Fazia-o em grandes caracteres a vermelho; e em baixo, em mais pequenas letras negras: “and how to revive it”. Anunciando aí um artigo de seis páginas sobre o assunto²⁴. Mas sobretudo é impressionante a ilustração dessa capa: uma estátua clássica, decerto de um orador romano, em cuja cabeça enterraram um caixote do lixo. Há, portanto,

movimento no nosso livro *Geografia Constitucional. Sistemas Juspolíticos e Globalização*, Lisboa, Quid Juris, 2009, p. 286 ss.

²³ RAWLS, John — *A Theory of Justice*, Cambridge, Mass., Harvard University Press, 1971.

²⁴ O artigo não é assinado. “The Economist”, vol. 410, n.º 887, 1-7 de março de 2014, pp. 43 e 48.

um mal estar e a consciência de que as coisas não vão bem. Ao que também não será alheio o crescendo de sinais de grupos autoritários e mesmo nazis, em vários países. E não só europeus²⁵...

A verdade é que, evidentemente, há democracias umas mais bem sucedidas que outras. E na medida em que uma democracia, por conjunturas a que pode ser alheia, pelo soprar dos ventos da globalização, ou então por erros que cometeu (normalmente por leviandade, imprevisão, imprudência: como, por exemplo, na promover a educação, e em especial a educação cívica), começa a não satisfazer as necessidades, se não houver um forte esclarecimento político e cívico dos cidadãos, logo as aves agoirentas e os Velhos do Restelo avançam para dizer que “antigamente é que era bom”, que os males residem no regime em si, pregam logo advento de nova República (ou Monarquia), e o negativismo não para de denegrir o regime.

O ataque à democracia é normalmente acompanhado da mostra de um rol de escândalos, muitos deles envolvendo dinheiros, para provar que democracia é corrupção, e só a mão dura e incorruptível da ditadura consegue a pureza do Estado.

O ataque à democracia é também acompanhado da ridicularização dos governantes *lato sensu*, e em especial dos deputados, que sendo plurais nas suas convicções, são sempre muito incômodos para os espíritos autoritários. Os anti-democratas são fundamentalmente antiparlamentaristas, e em geral amigos do presidencialismo (em geral mitificado), quanto mais absolutista melhor.

²⁵ A título meramente ilustrativo, cf. ALTMAN, Breno — *Neoconservadores são Vanguarda Liberal-Fascista*, in “247”, 6 de agosto de 2013, ed. online: <<http://www.brasil247.com/pt/247/poder/110840/Neoconservadores-sao-vanguardia-liberal-fascista.htm>>.

O ataque à democracia põe em causa o espírito liberal na cultura e na política (hoje é já liberal e liberalíssimo na economia): muito do que se assaca à democracia é o escândalo de costumes ou do simples pensar-se de forma diferente. O antidemocrata é dogmático, conservador no pior sentido, e antiliberal em política e na cultura.

Pode haver democracias muito mal geridas, e até geridas por antidemocratas, numa espécie de regência, à espera de ditadura. Mas sempre a democracia dá, pelo menos, a hipótese de se não ser perseguido (muito) nem preso (em geral) pelas suas ideias e pela sua manifestação. E, continuando a haver eleições, há pelo menos nas democracias a esperança na mudança. As ditaduras, seja qual for a capa de que se revistam, só podem ser derrubadas pela força ou por uma pressão psicológica imensa que faça os ditadores resignar. E estamos em crer que esse tempo de ditadores mais moles e dependentes da popularidade já passou. Só mesmo o temor pelas vidas os comove.

Para que uma democracia sobreviva e se aprofunde como tal é preciso que precocemente detete os elementos que no seu seio contra ela concorrem. É preciso um diagnóstico precoce das doenças da democracia.

A democracia tem saúde por definição instável. Exemplificamos de seguida algumas doenças, enunciando-lhes etiologia, sintomas e efeitos, profilaxia e terapêutica.

2. Aparelhismo

1. Uma das piores espécies que uma democracia morbosa segrega é o homem do aparelho. É um vírus parasita que tudo devora e nada cria. Há casos, particularmente repugnantes, em que fala, repetindo mediocrementemente “a voz do dono”, qualquer dono. É escandalosamente flexível e daí a sua perigosidade agravada.

2. Um dos seus piores efeitos é evitar que pessoas honestas e competentes, de fora e de dentro dos partidos, participem da política. Lança um odor repelente que os mantém à distância. É preciso muito estoicismo olfativo para aguentar a sua presença.

3. A detecção precoce do aparelhismo é altamente recomendada. Medidas de combate à epidemia não têm sido verdadeiramente tentadas. Haveria que democratizar mais os partidos, mas revela-se sempre a resistência e mutabilidade do vírus, que a cada medida terapêutica se metamorfoseia. É necessária a insistência e a incorruptibilidade dos agentes de combate à doença, sempre necessitando de higienização preventiva de contágio. Também útil é o reconhecimento pelas instituições e pela opinião pública dos efetivamente trabalhadores, inteligentes, honestos, anticorpos naturais do vírus. Contudo, por vezes louvam-se como exemplos alguns que podem ser seus portadores. Reconhece-se que a medicina está ainda num estado embrionário de ataque ao fenómeno pandémico.

3. Militantismos

1. Há dois tipos de militantes: os que deram o corpo ao manifesto, desde colarem cartazes a redigirem programas, gastaram tempo, dinheiro e vida para concretizar ideias (por vezes servindo em cargos públicos que os empobreceram; mas sempre perseverando e resistindo, passiva e ativamente, e agindo...), e os que, muitas vezes sem terem mexido uma palha, assentaram praça em generais, ficaram com cargos, deitaram fora ideologias, e alguns, diz-se (e parece que se vai vendo), até enriqueceram. Podem ter também subido por tarimba, mas a promoção foi imerecida. Não são todos iguais. Como no colesterol, há militante bom e mau. Se virmos ao

microscópio, só o bom é realmente militante. O outro milita em proveito próprio. Logo, não milita, serve-se. Trata da “vidinha”, e por vezes fica a ter um “vidão”²⁶.

2. O *militante mau*, a doença, é acrítico, carreirista, indiferente no que tange a ideologia, e aplaude sempre os chefes ou os que vê perfilarem-se para tais. Totalmente desprovido de coluna vertebral, pratica a facada nas costas na perfeição.

Efeitos: Os partidos perdem massa crítica, tornando-se exércitos não funcionando democraticamente. O debate de ideias estiola, sendo substituído por formas demagógicas, em que se proclama muito o nome dos líderes e do próprio partido, se exerce o discurso do ódio contra os demais, e se voga ao sabor das decisões de diretórios, que podem ser referendados, mas não usufruem de uma vida partidária democrática.

3. As direções partidárias, sobretudo as intermédias, em vez de procurarem votos nos militantes carreiristas, nunca os deveriam ter admitido. Uma vez inscritos, é complicado lutar contra a sua tirania. Porque há uma tirania do não ter ideias, só ambição.

4. Propaganda e Agitação

1. A agitação e propaganda, no seu sentido apreendido (admite-se, evidentemente, que não na perspectiva dos que promovem esse *marketing* agressivo) acabou por ganhar o generalizado sentido de uma sistemática proliferação de mentiras, ou meias verdades, assim como a ocultação de dados

²⁶ Sobre estas expressões e suas conotações sociais (que parece voltarem), cf. já TRIGUEIROS, Luís Forjaz — “Vida, Vidão, Vidinha”, in *Monólogo em Éfeso*, Amadora, Bertrand, 1972 (?), p. 19 ss.

essenciais, e a seleção e filtragem de toda a informação e formação, por forma centralizada ou não. Inclui a promoção e subvenção de certos autores e a exclusão de outros, o condicionamento informativo pelo ruído, ou mesmo a censura oficial, oficiosa ou pelo evitamento social e cultural de um vasto leque que vai dos perigosos aos suspeitos ou não seguros...

2. Primeira lição da cidadania, em ditadura ou em “democracia”: saber desmontar a propaganda. O cidadão deve aprender a distinguir o trigo do joio. É essencial que desde cedo as pessoas se habituem a desmontar e desvendar o que vai sendo inculcado por várias formas de alienação²⁷.

Medicamento em SOS: dúvida metódica face aos grandes processos mediáticos para levar a aderir a uma solução (com muitas personalidades do costume a apoiá-la, descredibilização dos seus contrários, etc.), ou para preparar medidas discriminatórias (contra grupos feitos bodes expiatórios), ou para levar a mobilizações violentas. De notar o clima irracional, passional, das atividades mediáticas em situações visando a criação de climas de histeria coletiva.

5. Ambição

1. É doença a mesquinha vontade de poder, honra e glória, ou a sua miragem. Os que pregam o fim das ideologias (e sobretudo os que em tal acreditam e praticam) arriscam-se a ficar apenas com a ambição.

²⁷ Sobre vários tipos de alienação, centrando-se embora no Direito, mas com muitas aplicações sociais, cf. o nosso livro *Desvendar o Direito*, Lisboa, Quid Juris, 2014, p. 63 ss.

2. Vê-se a doença no olhar cobiçoso, no correr apressado, no tudo levar de vencida, no não respeitar amizades, no curar apenas do que se pensa serem os próprios interesses, e, no limite no *não ter vida*. À volta da ambição é o deserto.

3. Não pagar bem aos políticos não afasta eficazmente os ambiciosos. Pode ser pior: porque se fazem pagar pela corrupção. A maior profilaxia é o civismo, é o culto da ética republicana.

Tratamento homeopático, pensando em Aristóteles: a grande ambição altruísta como antídoto para a mesquinha ambição interesseira. Tratamentos mais convencionais passam pelo mostrar como dói a queda, mas não se têm revelado muito eficazes, porque a política está ligada à *Fortuna*, caprichosa personagem de que falava Maquiavel²⁸, a quem seduzem os audaciosos, e mesmo os temerários.

III. Governação & Complexidade

1. Complexidade e Governo Centralizado

A sociedade hodierna tem sido qualificada por interessantes teorias. Pela pujança técnica e a dimensão massiva²⁹,

²⁸ “Concludo, adunque, che, variando la fortuna, e stando li uomini ne' loro modi ostinati, sono felici mentre concordano insieme, e, come discordano, infelici. Io iudico bene questo, che sia meglio essere impetuoso che rispettivo; perché la fortuna è donna, et è necessario, volendola tenere sotto, batterla et urtarla. E si vede che la si lascia più vincere da questi, che da quelli che freddamente procedano. E però sempre, come donna, è amica de' giovani, perché sono meno rispettivi, più feroci e con più audacia la comandano”. MACHIAVELLI — *Il Principe*, XXV.

²⁹ EHRHARDT SOARES, Rogério — *Direito Público e Sociedade Técnica*, Coimbra, Atlântida, 1969, 2.^a ed., Coimbra, Tenacitas, 2008 (com um Prefácio de J. J. Gomes Canotilho).

pelo risco ³⁰, até pela impotência dos governos (o próprio antigo ministro da educação francês, Luc FERRY, alude a essa incapacidade na sua bela história da filosofia ocidental, *Apprendre à vivre* ³¹).

Ora técnica, tecnologia e tecnocracia ³², caráter massivo ³³, risco inerente e falta de direção política, ou sua inconsistência ou incapacidade para comandar os acontecimentos, todos esses elementos redundam, em grande medida, numa monstruosa mole humana movendo-se sem norte. Em que, no limite, *o cego conduz o cego* ³⁴. O elemento aglutinador destes tópicos que procuram captar a essência da sociedade moderna parece ser, então, perigosamente, o de uma *sociedade complexa*, em multitudinário caminhar para o abismo. E alguns lançam alertas: rotura alimentar e ambiental, esbanjamento e esgotamento de recursos naturais, poluição, etc.

Poder-se-ia pensar que uma sociedade servida pela técnica, massificada ³⁵, ameaçada por mil contingências (riscos),

³⁰ BECK, Ulrich — *Risikogesellschaft. Auf dem Weg in eine andere Moderne*, Francoforte, Suhrkamp, 1986.

³¹ FERRY, Luc — *Apprendre à Vivre, Traité de philosophie à l'usage des jeunes générations*, Paris, Plon, 2006, trad. port., *Aprender a Viver*, Rio de Janeiro, Objetiva, 2007.

³² Com a *colagem* à técnica e à ciência por parte primeiro de certa esquerda — v. o "socialismo científico" e a frase de Lenine, algo como isto: "o socialismo são os soviets e a electricidade" — e depois de certa direita — TINA: "there is no alternative".

³³ Com o que isso implica designadamente na perspectiva do trânsito, consumo, crime, policiamento... entre tantas outras pedras de toque de sociedades urbanas e de muita gente só, anónima e apinhada.

³⁴ Mt. XV,14.

³⁵ Portanto, fazendo em grande medida a economia da Pessoa e das suas especificidades e individualismos, sempre mais ou menos nocivos à uniformidade do todo: dirá o homogeneizador, e tantos e tantos há hoje, porque normalmente lucram em termos pessoais com a padronização alheia.

e portanto mais docilizada³⁶ seria mais governável a partir do centro, do vértice de uma pirâmide hierárquica e burocratizada. Um *grande irmão* poderia, com seus *olhos e ouvidos*, tudo comandar — e a ficção científica e a utopia não têm cessado de nos profetizar um futuro totalitário cheio de tecnologia, massificação e ausência de liberdade.

Cremos que o perigo existe, mas nunca com as exatas cores com que o pinta a ficção: a realidade é normalmente mais surpreendente.

2. Perigos dos Micropoderes

Mas o mais notável é que, por um lado, a centralização não parece funcionar, não apenas no plano da Justiça, mas mesmo na mera dimensão da eficiência. Não é eficiente governar uma sociedade complexa, a partir de um centro. Já Montesquieu tinha advertido para a tendência absolutista dos grandes impérios. Vastidão territorial e muita população não se governam facilmente, e não parece poderem governar-se docemente. E hoje isso é muito mais difícil ainda, pela complexidade social moderna.

Vai daí, dir-se-ia que tudo seria solucionável com o velho e bom princípio da subsidiariedade. Que em termos genéricos diz que os assuntos devem ser tratados por aqueles que mais próximos deles estão, por quantos “a quem dói na fazenda”. Portanto, as coisas do prédio pela assembleia de condôminos, as da rua pelos moradores dela, as do bairro pelos deste, as da empresa pelos trabalhadores e empregadores da

³⁶ V. a “doutrina do choque” de Naomi Klein, para a qual, *grosso modo*, ao sermos bombardeados pela comunicação social com sucessivas e crescentes más notícias ficamos como vítimas de choques eléctricos, amaciados e aptos a tudo aceitar: desde logo medidas ablativas de direitos, pretensamente tomadas por causa das situações de emergência e catástrofe.

mesma, etc. E também os do País pelo País e não por superestruturas supranacionais.

Mas, desde logo e curiosamente, neste último caso corre-se o risco de um nacionalismo e isolacionismo, por nem sempre se entender o que realmente é nacional e o que já é global...

O princípio, em geral e em tese, é boníssimo e muito válido. Contudo, como em todas as coisas humanas, a corrupção é um perigo, sabemos que em certos casos a proximidade pode fomentar o particularismo, a capelinha, o campanário, o descurar do interesse geral, o proliferar do empenho, do nepotismo. Daí a benção do rabi no filme *A fiddler on the roof*: “May God bless and keep the Tsar... far away from us!”

Porém, nem sempre a decisão do mais afastado é injusta ou alheia ao conhecimento das coisas, nem sempre a do mais próximo é suficientemente desprendida das pressões e das motivações menos elevadas. As coisas não são simples e mecânicas.

Há quem seja centralista porque queira concentrar o poder, e quem o seja porque crê que o burocrata da capital será mais virtuoso que autarca na sua terra ou o capataz na sua fábrica. Há quem seja pelo contrário regionalista porque não acredita nas soluções abstratas de burocratas, e quer que sejam os vizinhos ou colegas a tomar em mãos o seu destino. Depende muito de quem se desconfia e em quem se confia.

Estas contradições existem em muitas realidades. Não há fórmulas isentas de problemas. Nem mesmo o princípio da subsidiariedade é, por si só, uma fórmula mágica. Sobre tudo se da decisão basista houver o perigo de emergirem tiranetes. E esses oprimem os próximos de forma muito mais tirânica que o longínquo kzar. Mas este, por seu lado, pode ter sátrapas tirânicos, seus olhos e ouvidos... E mesmo longe pode querer legislar abstratamente ou fazer com que venha a seu despacho a menor coisa, de que desconheça tudo.

IV. Mudança de Paradigma no Direito

1. Fazer Justiça

Com peias legais ou outras, a contemporaneidade está, em certos aspetos, mais complexa e feudalizada que o clássico feudalismo medieval³⁷.

Por um lado, avulta a malha de servidões, de vassalagens. É uma realidade prémoderna que ganha cada vez mais acuidade, temível, nos tempos que alguns já dizem pósmodernos.

Por outro lado, é a complexificação infernal da vida, obrigando a mil e uma corveias: umas pela técnica, que em vez de simplificar tantas vezes complica; outras pelo Direito, que quase sempre complica. Tem havido, em vários países, Ministérios, Secretarias de Estado, Comissariados, e comissões

³⁷ Feudalismo e Idade Média não se identificam mas devem ser estudados a par. Recordando os clássicos: GANSHOF, François Louis — *O que é o Feudalismo*, trad. port., Lisboa, Europa-América, 1959; BLOCH, Marc — *La société féodale*, Paris, Albin Michel, 1968; LE GOFF, Jacques — *La civilization de l'Occident médiéval*, Paris, Arthaud, 1964; LE GOFF, Jacques / SCHMITT, Jean-Claude — *Dictionnaire raisonné de l'Occident médiéval*, Paris, Fayard, 1999; GUERREAU, Alain — *Le Féodalisme. Un horizon théorique*, Paris, Le Sycomore, 1980. Algumas problematizações: BROWN, Elizabeth — *The Tyranny of a Construct: Feudalism and Historians of Medieval Europe*, "American Historical Review", 79 (1974), pp. 1063 ss.; HEERS, Jacques — *A Idade Média — uma Impostura*, Porto, Asa, 1994. Mais recente e heterodoxamente, sobre uma "longa Idade Média", até na América, do séc. IV ao séc. XVIII (com inspiração de Le Goff): BASCHET, Jérôme — *La civilization féodale. De l'an mil à la colonization d'Amérique*, Paris, Flammarion, 2004. Cf ainda, sobre esta tese da "longa Idade Média", que não partilhamos, e que iria, no limite até LE GOFF, Jacques — *Para uma Visão Diferente da Idade Média*, entrevista dada a Jean-Maurice de Montremy, in *Viva o Ano 1000. A Modernidade da Idade Média*, por Jacques Le Goff et al., trad. port. de Magda Bigotte de Figueiredo, Lisboa, Teorema, 2000 (ed. orig. *Vive l'An 1000*, Paris, "Le Magazine Littéraire", 1999).

da desburocratização que, para além de parangonas, normalmente não conseguem atacar a reprodução incessante da burocracia. E que chegam a gerar mais burocracia.

Seria preciso cortar o nó górdio do feudalismo e da burocracia. Sem isso, nada de novo de poderá construir. A sociedade não consegue respirar. E mesmo o neoliberalismo não traz sempre menos Estado: traz apenas uma demissão estadual em alguns aspectos, mas o investimento em outros. Por exemplo: não se sente, com menos funcionários, menor burocracia...

E alguns Estados têm aparentemente sempre sido grandes salvadores da Banca privada.

Uma outra dimensão a encarar é a dos estrangulamentos, disfunções, contradições no seio do ordenamento. Há tantas normatividades, tanta legislação, que o honesto funcionário público, mesmo ao mais alto nível, muitas vezes não sabe facilmente o que fazer, nem como. Não se sabe, em grande medida, em que lei se vive. É urgente uma simplificação e codificações (ao menos consolidações) sintetizadoras dos vários ramos do Direito, antigos e alguns novos já.

Tal como com a instituição dos tribunos da plebe em Roma, tal como como os visitantes dos cárceres na Espanha medieval, parece que são precisos magistrados com poderes excepcionais, ou para situações especiais. Que consigam cortar o nó górdio de casos de círculo vicioso, de flagrante injustiça, etc. Há momentos, pelo mundo fora, normalmente em situações limite, em que não há como ser-se justo senão “come-tendo ilegalidades”. Porque o sistema tem paradoxos, contradições, estrangulamentos, curto-circuitos. Ora seria preciso uma magistratura que pudesse apreciar estes casos limite — sem dúvida com limites e sindicabilidade ulterior, mas de forma célere e não manietada.

E para situações de defesa da Justiça, sobretudo para os pobres, seria preciso que nos países que a não têm fosse ins-

tituída uma Defensoria Pública (ou afim). Já Eça de Queiroz não entendia que, havendo-os para a saúde, não houvesse escritórios públicos para a Justiça!

O novo Direito não pode apoucar-se na alienação de uma teia de doutrinas dogmáticas, nem num jogo estigmatizador e em certos casos fungível de *polícias e ladrões*, nem numa charada de processo ou um virtuosismo de chicana; nem, ainda, num braço armado ou aparelho retórico.

Entender-se-á assim por Justiça, no novo contexto (mais ideal que real ainda) a permanente sede de respeito pela Dignidade da Pessoa, pelos seus Direitos Humanos e Fundamentais, naturais e inalienáveis.

É também justiça a reta atribuição do *seu a seu dono*, não numa perspetiva simplesmente proprietarista e coisificadora, mas harmónica e progressiva.

É ainda Justiça a justa partilha por todos dos frutos da Civilização e o direito individual de cada um a poder livremente desenvolver a sua Personalidade, o que implica sermos todos credores, face à sociedade, desde logo de um mínimo de subsistência material, cultural e espiritual. Em que avulta o direito à educação básica e à educação para os Direitos, desde logo os constitucionais e humanos. E também todos somos devedores de justos tributos à sociedade, desde logo de trabalho e participação cívica e política.

E o Direito, na prática, terá de reconhecer-se como sendo o lugar de dialética, mesmo de conflito, entre o justo e o injusto. Já o é, mas é preciso sabê-lo.

2. Alguns Vetores Constitucionais do Novo Paradigma Jurídico

Um novo paradigma jurídico pressupõe a aquisição, estabilidade, irreversibilidade e perfetibilidade do Estado Constitucional, ou seja, do Estado de Direito democrático, social e

de cultura³⁸. E a irradiação deste Constitucionalismo contemporâneo para todos os ramos do Direito, com a sua capacidade transformadora. Pressupõe, portanto, não apenas eficazes constituições políticas: Constituições das Repúblicas, ou seja, constituições não apenas do Estado, mas também das sociedades. As quais se querem livres, justas, solidárias, fraternas e sem preconceitos. Se há forças poderosas que pretendem o regresso ao passado, deveriam ser estímulo.

O Direito Justo deve ser determinado por valores jurídico-políticos constitucionais — desde logo a Liberdade, a Igualdade e a Fraternidade (e para esta caminham a Solidariedade, a Justiça e a Humanidade, que por vezes são seus quase sinónimos). Estes valores dão origem a princípios, tão diversos, mas confluentes, como os da separação dos poderes, do pluralismo político, ou da unidade da Constituição e da sua interpretação holísticas, da sua máxima efetividade ou da proibição do retrocesso e da reserva do possível³⁹, ou do *nullum crimen sine legge* ou *pacta sunt servanda*. Todos estes princípios valem mais que as leis e menos que os valores. E todos se estão a projetar na cena internacional, dando corpo a um novo Direito Constitucional num novo plano (cumprindo cada vez mais um *multilevel constitutionalism*), no limite um Direito Constitucional Global⁴⁰.

³⁸ Cf., por todos, HAEBERLE, Peter — *El Estado Constitucional*, estudo introdutório de Diego Valadés, trad. e índices de Héctor Fix-Fierro, México, Universidad Nacional Autónoma de México, 2003.

³⁹ Princípios que não são absolutamente inconciliáveis, como alguns pretendem: cf. o nosso *Direito Constitucional Geral*, 2.^a ed., Lisboa, Quid Juris, 2013, p. 392 ss.

⁴⁰ Cf., de entre já abundante bibliografia, nosso livro *Traité de Droit Constitutionnel. Constitution universelle et mondialisation des valeurs fondamentales*, Paris, Buenos Books International, 2010.

O triunfo do novo paradigma jurídico será não apenas o de um sistema de valores, que se poderiam tornar abstratos ou dogmatizar-se em fórmulas ritualísticas. Implica ação prática, vivida, uma *constante e perpétua* luta pela aplicação concreta da Justiça. Tal luta requer que cada agente jurídico tenha um compromisso com os valores mais altos, e atue com virtudes republicanas⁴¹.

Há uma estória (um tanto deprimente) que DWORKIN conta, sobre um encontro entre o juiz Holmes e o futuro juiz Learned Hand, então jovem. O primeiro dera boleia ao segundo. Reza assim o texto do autor de *Taking rights seriously*:

“Ao chegar ao seu destino, Hand saltou, acenou para a carruagem que se afastava e gritou alegremente: ‘Faça justiça, juiz!’ Holmes pediu ao condutor que parasse e voltasse, para surpresa de Hand: ‘Não é esse o meu trabalho!’ disse Holmes, debruçado na janela. A carruagem então fez meia-volta e partiu, levando Holmes para o trabalho, que, supostamente, não consistia em fazer justiça”⁴².

Podemos escolher ser um ou outro, estar do lado da perspectiva de um ou de outro. Mas isso não será indiferente, sobretudo para a Justiça.

Resumo: Em todos os tempos, mas particularmente nos de crise, é sempre saudável e inspiradora a revisitação dos nossos conceitos fundadores e das nossas ideias familiares. E dos nossos “demónios particulares”, também.

⁴¹ Cf. os nossos livros *Nova Teoria do Estado*, São Paulo, Malheiros, p. 312 ss., e *Para uma Ética Republicana*, Lisboa, Coisas de Ler, 2010.

⁴² DWORKIN, Ronald — *Justice in Robes*, Cambridge, Harvard University Press, 2006, trad. port. de Jefferson Luiz Camargo, *A Justiça de Toga*, São Paulo, WMF, Martins Fontes, 2010, p. 3.

Apesar da persistente situação de negação em que se encontram muitos juristas “agelastas” (RORTY) e positivistas jurídicos, alheios ao “ácido crítico” (Holmes), o Direito é um realidade profundamente ideológica. Nesta ordem de ideias, pretendemos ponderar algumas facetas da crise da democracia tradicional nestes nossos tempos dominados pelo neoliberalismo. Nos quais diversas narrativas (desde logo económicas) ficam ocultas pelo discurso dominante, mesmo no plano académico. E todavia, parece haver um raio de esperança em novos movimentos e ideias, a começar pelo próprio discurso jurídico, quando se procura uma mudança paradigmática que contribua para “fazer mais justiça neste mundo”.

Palavras-chave: Direito e Ideologia, Direito e Economia, Neoliberalismo.

Law and democracy: ideology, crisis and prospective views

Abstract: At all times, but especially in times of crisis, is always healthy and inspiring to revisit our founding concepts and our familiar ideas. And our “private demons”, as well.

Despite the persistent denial of many “agelastic” jurists (RORTY) and juridical positivists, alien to “critical acid” (Holmes), Law is a deeply ideological reality. In this assumption, we seek to consider some aspects of the crisis of traditional democracy in our neoliberal times, in which various narratives (including economic ones) are hidden by mainstream discourse, even the academic one. Nevertheless, there is a ray of hope in new movements and ideas, starting from the Law discourse itself, as they seek by means of their paradigmatic renewal to contribute “to create more justice in this world.”

Keywords: Law and ideology; Law and Economics; neoliberalism; crisis; democracy; postmodernity.

Paulo Ferreira da Cunha

Faculdade de Direito da Universidade do Porto
Bolsheiro da FUNADESP, Faculdade Autônoma de Direito, São Paulo